

All correspondence referring to announcements and subscription of Government Gazette must be addressed to its administration office. Literary publications will be advertised free of charge provided two copies are offered.

Toda a correspondência relativa a anúncios e à assinatura do *Boletim Oficial* deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se receberem dois exemplares anunciam-se gratuitamente.



SUBSCRIPTION RATES — ASSINATURA

	YEARLY (Anual)	HALF-YEARLY (Semestral)	QUARTERLY (Trimestral)
All 3 series (As 3 series)	Rs. 40/-	Rs. 24/-	Rs. 18/-
I Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-
II Series	Rs. 16/-	Rs. 10/-	Rs. 8/-
III Series	Rs. 20/-	Rs. 12/-	Rs. 9/-

Postage is to be added when delivered by mail —
Acréscio o porte quando remetido pelo correio

GOVERNMENT GAZETTE

BOLETIM OFICIAL

SUPPLEMENT

(SUPLEMENTO)

(Tradução)

GOVERNMENT OF GOA, DAMAN
AND DIU

Secretariat

ORDER

GAD/3286/62/11896

In exercise of the powers conferred upon me by clause 2 of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962 and notwithstanding anything to the contrary contained in any law for the time being in force in these territories I hereby make the following order: —

- Any promoter, convenor or organiser of any public meeting other than a meeting connected with cultural or religious subjects shall intimate to the nearest police station, the date and the time at which he proposes to promote, convene or organise any meeting so that the police may make necessary arrangements to prevent any alteration of law and order in cases in which such alteration is apprehended.
- (a) In cases where in the opinion of the Lieutenant Governor of the Union Territory of Goa, Daman and Diu or of any officer or officers appointed under clause g) of this section there is sufficient ground for proceeding under this section and immediate prevention or speedy relief is desirable, the Lieutenant Governor or any officer appointed under clause g) of this section may, by

GOVERNO DE GOA, DAMÃO
E DIO

Secretaria

Portaria

GAD/3286/62/11896

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962», e sem embargo do disposto em qualquer lei, presentemente em vigor nestes territórios, determino o seguinte:

- Os promotores ou organizadores de qualquer reunião pública, com excepção das que sejam para fins culturais ou religiosos, deverão dar conhecimento ao posto policial mais próximo, da data e da hora em que pretendem promover ou organizar qualquer reunião, a fim de que a polícia possa tomar as necessárias medidas para impedir qualquer infracção da lei e alteração da ordem pública, nos casos em que haja receio para tanto.
- (a) Quando, na opinião do Governador-tenente do território da União, de Goa, Damão e Diu, ou qualquer outro oficial ou oficiais nomeados nos termos da alínea g) deste artigo, haja motivo suficiente para proceder de harmonia com este artigo, e sendo aconselhável adoptar medidas imediatas de prevenção ou para o rápido restabelecimento da ordem, o Governador-tenente ou qualquer outro oficial nomeado nos termos da alínea g) deste

a written order stating the material facts of the case and served in the manner provided in section 3, direct any person or persons to abstain from a certain act or to take certain order with certain property in his possession or under his management, if the Lieutenant Governor or any officer appointed under clause g) of this section consider that such direction is likely to prevent, or tends to prevent, obstruction, annoyance or injury, risk of obstruction, annoyance or injury, to any person lawfully employed, or danger to human life, health or safety, or a disturbance of the public tranquility, or a riot, or an affray.

- (b) An order under this section may in cases of emergency or in cases where circumstances do not admit of the serving in due time of a notice upon the person or persons against whom the order is directed, be passed, *ex-parte*.
 - (c) An order under this section may be directed to a particular individual, or to the public, generally when frequenting or visiting a particular place.
 - (d) The Lieutenant Governor or any officer appointed under clause g) of this section may, (either on his own motion or on the application of any person aggrieved) rescind or alter any order made under this section by himself or any officer subordinate to him or by his predecessor in office.
 - (e) Where such an application is received, the Lieutenant Governor or any officer or officers appointed under clause g) of this section shall afford to the applicant an early opportunity of appearing before him, either in person or by pleader and showing cause against the order; if the Lieutenant Governor or any officer or officers appointed under clause g) of this section rejects the application wholly or in part, he shall record in writing his reasons for doing so.
 - (f) No order under this section shall remain in force for more than two months from the making thereof, unless, in cases of danger to human life, health or safety, or a likelihood of a riot or an affray, the Lieutenant Governor, by notification in the Government Gazette, otherwise directs.
 - (g) The Lieutenant Governor may appoint any officer or officers to exercise powers conferred upon him by this section.
3. (1) Any order of the Lieutenant Governor passed under this order shall, if practicable, be served on the person against whom

artigo, poderá, mediante mandado escrito constatando os factos concretos do caso e intimado ao abrigo do disposto no artigo 3.º, ordenar que qualquer pessoa ou pessoas se abstenham da prática de determinado acto ou que mantenham uma certa ordem em relação a uma determinada propriedade em seu poder ou sob a sua gerência, se o Governador-tenente ou qualquer oficial nomeado nos termos da alínea g) deste artigo considerar que tal determinação poderá evitar ou tende a evitar qualquer impedimento, embaraço ou agravo, qualquer risco de impedimento, embaraço ou agravo, a qualquer pessoa empregada ao abrigo da lei, ou perigo para vidas humanas, saúde ou segurança, ou uma perturbação da tranquilidade pública, ou ainda desordens ou motins.

- b) Ao abrigo deste artigo poderá um mandado ser expedido *ex parte* em casos de emergência ou nos casos em que as circunstâncias não admitam que a pessoa ou pessoas contra as quais tal mandado tenha sido expedido, possam ser avisadas em devido tempo.
 - c) Ao abrigo deste artigo poderá um mandado ser expedido contra um determinado indivíduo ou em relação ao público habitualmente frequentando ou visitando um determinado lugar.
 - d) O Governador-tenente ou qualquer oficial nomeado nos termos da alínea g) deste artigo, poderá, (da sua própria iniciativa ou a requerimento de qualquer pessoa agravada), anular ou alterar qualquer mandado expedido ao abrigo deste artigo por ele ou qualquer outro oficial a ele subordinado, ou pelo seu predecessor no cargo.
 - e) Quando seja recebido um pedido nesse sentido, o Governador-tenente ou qualquer oficial ou oficiais nomeados ao abrigo da alínea g) deste artigo, proporcionarão ao requerente uma ocasião, o mais cedo possível, de comparecer em sua presença, seja pessoalmente ou representado pelo seu advogado para expor o que se lhe oferecer contra o mandado. Se o Governador ou qualquer oficial ou oficiais nomeados ao abrigo da alínea g) deste artigo, rejeitarem o pedido no todo ou em parte constatarão por escrito as razões que os levaram a adoptar tal procedimento.
 - f) Nenhum mandado ao abrigo deste artigo, vigorará por mais de dois meses desde a data da sua expedição, a não ser nos casos de perigo para vidas humanas, saúde ou segurança, ou quando se receie haver desordem ou motins, em que o Governador-tenente, mediante despacho publicado no *Boletim Oficial*, determine doutra forma.
 - g) O Governador-tenente, poderá nomear um oficial ou oficiais para exercer os poderes que por este artigo lhe são conferidos.
- 3 (1) Qualquer mandado do Governador-tenente expedido ao abrigo desta portaria, será, sendo viável, intimado a pessoa contra quem tenha sido expedido, de harmonia

it is made, in the manner herein provided for the service of a summons.

- (2) If such order cannot be so served, it shall be notified by proclamation published in such manner as the Lieutenant Governor may by rule direct and a copy thereof shall be stuck up at such place or places as may be deemed appropriate for conveying the information to such person.
- (4) Decree No. 22 486 dated the 11th April, 1933 now in force in the Union Territory of Goa, Daman and Diu is hereby repealed.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 20th August, 1962.

ORDER

GAD/2742/62/9219

In exercise of the powers conferred upon me by clause, 2, of the Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962 and notwithstanding anything to the contrary contained in any law, for the time being in force within this Territory I make the following order:

The provisions of Decree No. 11 292 of 26th November 1925, Decree No. 12 393 of 27th September 1926 and Decree-law No. 37 542 of 6th September 1949 and the provisions of: Decree-law No. 37 542 of 6-9-1949, Decree-law No. 37 694 of 28-12-1948, Decree-law No. 38 042 of 8-4-1950, Decree-law No. 37 879 of 8-7-1950, Decree-law No. 38 497 of 8-11-1951, Decree-law No. 38 551 of 7-11-1951, Decree-law No. 38 979 of 8-11-1952, Decree-Law No. 39 418 of 7-11-1953, law No. 2060 of 3-4-1953 «Portaria Ministerial» No. 15 909 of 16-7-1956, Decree-law No. 40 949 of 28-12-1957, Decree-law No. 41 758 of 25-7-1958, Decree-law No. 42 559 of 3-10-1959, Decree-law No. 43 077 of 18-7-1960, «Portaria Ministerial» No. 17 378 of 3-10-1959, Decree-law No. 43 128 of 23-8-1960 and all other provisions of law in relation to the Portuguese Military Services of this Territory are hereby repealed.

1. The Military Court at Panjim and the Portuguese Military Services in this Territory are hereby dissolved.

2. The jurisdiction to try any case or application now pending in the said Military Court or any case or application which would hereafter be filed in the said Court had it not been for its abolition shall be vested in the common Courts of the Territory.

3. The pecuniary and territorial jurisdiction of the Common Courts in relation to the cases mentioned in the last preceding section shall be regulated by the law in force within this territory.

4. The Liquidator shall take charge of the proceedings or applications pending in or disposed of by the Military Court, and shall send them to the respective Courts having jurisdiction to try, hear or dispose of such proceedings or application and shall also take charge of all other files, papers and books

com o estabelecido nesta, no respeitante à citação.

- (2) Se tal mandado não puder ser intimado da maneira indicada, será tornado público mediante proclamação publicada conforme o Governador-tenente determinar, e uma cópia do mesmo será afixada em sítio ou sítios considerados apropriados para a pessoa interessada tomar conhecimento do mesmo.

- (4) É revogado o Decreto n.º 22 486, de 11 de Abril de 1933, presentemente em vigor no território da União, de Goa, Damão e Diu.

O GOVERNADOR-TENENTE,

T. Sivasankar

Pangim, 20 de Agosto de 1962.

Portaria

GAD/2742/62/9219

No uso das faculdades que me são conferidas pelo n.º 2 de «The Goa, Daman and Diu (Administration) Removal of Difficulties Order, 1962, e sem embargo do disposto em qualquer lei, presentemente em vigor neste território, determino o seguinte:

São revogadas as disposições do Decreto n.º 11 292, de 26 de Novembro de 1925, o Decreto n.º 12 393, de 27 de Setembro de 1926, o Decreto-Lei n.º 37 542, de 6 de Setembro de 1949 e as disposições do: Decreto-Lei n.º 37 542, de 6 de Setembro de 1949, Decreto-Lei n.º 37 694, de 28 de Dezembro de 1948, Decreto-Lei n.º 38 042, de 8 de Abril de 1950, Decreto-Lei n.º 37 879, de 8 de Julho de 1950, Decreto-Lei n.º 38 497, de 8 de Novembro de 1951, Decreto-Lei n.º 38 551, de 7 de Novembro de 1951, Decreto-Lei n.º 38 979, de 8 de Novembro de 1952, Decreto-Lei n.º 39 418, de 7 de Novembro de 1953, Lei n.º 2060, de 3 de Abril de 1953, Portaria Ministerial n.º 15 909, de 16 de Julho de 1956, Decreto-Lei n.º 40 949, de 28 de Dezembro de 1957, Decreto-Lei n.º 41 758, de 25 de Julho de 1958, Decreto-Lei n.º 42 559, de 3 de Outubro de 1959, Decreto-Lei n.º 43 077, de 18 de Julho de 1960, Portaria Ministerial n.º 17 378, de 3 de Outubro de 1959, Decreto-Lei n.º 43 128, de 23 de Agosto de 1960, e todas as outras disposições das leis respeitantes aos Serviços Militares Portugueses, deste território.

1. São extintos o Tribunal Militar, em Pangim, e os Serviços Militares Portugueses, deste território.

2. A jurisdição para julgar qualquer causa ou petição pendente no referido Tribunal ou qualquer causa ou petição que seria de futuro apresentada no referido Tribunal, se o mesmo não fosse extinto, passará aos Tribunais comuns do território.

3. A jurisdição territorial e quanto ao valor da causa dos Tribunais comuns em relação a causas mencionadas no artigo precedente, será regulada pelas leis em vigor neste território.

4. O liquidatário tomará conta dos processos e petições pendentes no Tribunal Militar ou submetidos ao referido Tribunal Militar e envia-los-á aos tribunais respectivos com jurisdição para tomar declarações ou apreciar e julgar tais processos ou petições; o liquidatário tomará também conta de todos outros processos, papelada e livros do referido Tri-

of the said Court and deliver them to any Court or other Government office which according to him should keep such files, papers and books.

5. The Liquidator shall have the power to call for any information and do whatever may be necessary to perform the duties assigned to him under this order.

6. After the duties of the Liquidator assigned to him under this order are duly discharged the Liquidator shall submit to the Government a report of his work.

7. This order shall be deemed to have come into force on the 20th December 1961.

THE LIEUTENANT GOVERNOR

T. Sivasankar

Panjim, 21st August, 1962.

bunal e envia-los-á a qualquer Tribunal ou Repartição do Governo a cujo cargo, em seu entender, devem ficar tais processos, papelada e livros.

5. O liquidatário terá faculdades para solicitar quaisquer informações e fazer tudo quanto necessário for para o desempenho das obrigações que lhe são impostas por esta portaria.

6. O liquidatário prestará ao Governo um relatório do seu trabalho, após ter cabalmente desempenhado as funções que lhe são atribuídas por esta portaria.

7. Esta portaria considerar-se-á como tendo entrado em vigor em 20 de Dezembro de 1961.

O GOVERNADOR-TENENTE,

T. Sivasankar

Pangim, 21 de Agosto de 1962.